

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano III - Nº 532 - Brasília, sexta-feira, 29 de agosto de 1997



ACM (ao lado de Kleinübing) prevê que dinheiro colocado à disposição dos partidos acabará não sendo empregado na campanha

CPI cobra votação de projetos sobre crianças

PÁGINA 3

CAE aprova dois diretores do BC

A Comissão de Assuntos Econômicos, sob a presidência do senador José Serra, aprovou ontem as indicações de Sérgio Darcy da Silva Alves e de Demóstenes Madureira de Pinho Neto para a diretoria do Banco Central. Antes da decisão, a CAE promoveu a sabatina dos dois economistas, cujos nomes serão apreciados pelo plenário na terça-feira. **Página 6**



Entre os dois economistas, Serra preside a sabatina na CAE

O general Cardoso (D) fala ao lado de Sarney e Tuma



General garante que governo tem plano para resolver crise nas PMs

A solução imaginada pelo governo federal para a segurança pública assenta-se em um tripé: uma política nacional para o setor, um órgão executor e a ação governamental nos estados atuando de forma harmônica. A revelação foi feita ontem pelo ministro da Casa Militar, general Alberto Cardoso, que com-

pareceu à Comissão de Relações Exteriores, atendendo a requerimento do senador Jader Barbalho, líder do PMDB, para explicar a crise na segurança pública. Em uma sessão presidida pelo senador José Sarney, presidente da comissão, os senadores debateram o problema com Cardoso. **Página 7**

ACM é contra verba pública em campanha. Simon pede austeridade

Senadores analisam projeto de Lei Eleitoral aprovado pela Câmara dos Deputados

"Este dinheiro, que deveria ser empregado em escolas, hospitais e segurança para o cidadão, vai ser colocado à disposição dos partidos, que nem sempre o vão empregar na campanha", afirmou ontem o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, que prometeu lutar contra o financiamento público de campanhas eleitorais, aprovado na

Câmara. Já o senador Pedro Simon defendeu mais austeridade na legislação eleitoral e se declarou contrário à participação de governantes candidatos em inaugurações. Simon entende, porém, que o financiamento público de campanhas eleitorais sai mais econômico para o país do que a utilização de recursos particulares. **Página 3**

Plenário autoriza também recursos para obras no Arroio Dilúvio, que vão permitir construção de via expressa

Senado aprova empréstimo para hospital de Porto Alegre

O plenário do Senado aprovou ontem pedido da prefeitura de Porto Alegre para tomar dois empréstimos junto ao Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata), com aval da União, para as obras de ampliação do Hospital de Pron-

to Socorro e de urbanização do Arroio Dilúvio. O hospital receberá US\$ 2,6 milhões e as obras do Arroio, US\$ 1,14 milhão.

O senador Pedro Simon (PMDB-RS), relator dos pedidos, afirmou que o Hospital de Pronto-Socorro, mantido

pela prefeitura, atende a qualquer pessoa gratuitamente e sua ampliação beneficiará toda a Grande Porto Alegre. Já as obras no Arroio Dilúvio vão permitir que, no futuro, possa ser construída uma via expressa entre Porto Alegre e Viamão.

Júnia: Casa resgatou a dignidade dos aposentados

A senadora Júnia Marise (PDT-MG) disse que a dignidade dos aposentados foi resgatada pelo Senado com a aprovação de emenda de sua autoria garantindo a paridade nos reajustes salariais entre servidores da ativa e aposentados. Ela ressaltou que sente ter cumprido a missão de não permitir "que se praticasse uma violência contra os aposentados".

Júnia destacou que levantamento oficial mostrou que 30% dos trabalhadores brasileiros ganham R\$ 120,00 por mês de proventos de aposentadorias e 70% dos trabalhadores e servidores aposentados percebem entre R\$ 500,00 e R\$ 600,00 por mês.

Senadora critica falta de apoio à agricultura

Embora o presidente Fernando Henrique saiba da importância que a agricultura tem "para o país, para o seu governo e para o sucesso do Plano Real", essa atividade não tem sido prioridade do governo, afirmou ontem a senadora Júnia Marise.

Ela entende que os produtores rurais vêm sendo relegados a segundo plano e advertiu que a safra brasileira repetidamente alcançada há dez anos, enquanto a importação de grãos dobrou. "A agricultura não quer privilégios, mas condições de sobrevivência e de dignidade", afirmou.

Para a senadora, "esse arrocho do setor agrícola não pode se manter indefinidamente, sob pena de haver um abandono



Júnia: campo relegado

geral da atividade ou um empobrecimento irreversível do campo, gerando graves crises de desabastecimento, de desemprego e de desordem social". Júnia disse ainda que o Pronaf, "anunciado pelo governo como a redenção para os pequenos produtores", dispõe de poucos recursos para atender à demanda.

TCU recomenda aprovação das contas do governo para 96

O ministro do Tribunal de Contas da União, Paulo Affonso Martins de Oliveira, disse ontem, ao apresentar o parecer prévio das contas do presidente da República para 1996, que estas se encontram em condições de ser aprovadas pelo Congresso Nacional. A recomendação foi feita durante a audiência pública promovida pela Comissão de Orçamento, presidida pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB).

Paulo Affonso Oliveira, que foi o relator da matéria no TCU, informou que o parecer foi aprovado pelo plenário do tribunal por unanimidade, tendo em vista, acentuou, que os Balanços Gerais da União apresentaram adequadamente a posição financeira, orçamentária e patrimonial da União em 31 de dezembro de 96, bem como o resultado das operações, de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade aplicados à administra-

ção pública federal.

O ministro-relator afirmou que o tribunal, diante do que foi relatado, achou por bem fazer recomendações sobre alguns temas, dentre eles o atendimento aos dispositivos constitucionais sobre a aplicação dos recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino e o cumprimento, por parte das empresas estatais, dos limites fixados na Lei Orçamentária da União.

O TCU recomendou, ainda, agilização na cobrança dos créditos inscritos na dívida ativa, cujo saldo ao final do exercício analisado alcançou o montante de R\$ 40,2 bilhões, e necessidade de maior clareza nos Balanços Gerais da União, especialmente quanto à destinação dos recursos provenientes da venda de empresas estatais e ao impacto do recebimento de moedas utilizadas no PND na redução da dívida pública.

Agenda do Dia

PLENÁRIO

9h - Sessão Não Deliberativa do Senado

PREVISÃO DE TRABALHOS

Segunda-feira (1º.09.97)

14h30 - Sessão Não Deliberativa do Senado

Terça-feira (02.09.97)

14h30 - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado

Pauta: Discussão em turno único do "Projeto de Resolução nº 107/97, que autoriza a prefeitura municipal de São Paulo a emitir, por intermédio de ofertas públicas, Letras Financeiras do Tesouro do Município de São Paulo (LFTM-SP), destinando-se os recursos ao giro de sua dívida mobiliária com vencimento no 2º semestre de 1997; e "Projeto de Resolução nº 100/97, que autoriza o governo do estado do Rio de Janeiro a elevar temporariamente seus limites de endividamento para realizar operação de crédito junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, destinada ao Projeto de Recuperação Operacional, Consolidação e Expansão do Metrô - RJ.

Quarta-feira (03.09.97)

CONGRESSO NACIONAL

11h - Sessão Solene

Pauta: Homenagem ao presidente da República do Líbano, Elias Hraoui.

Oradores: Pelo Senado Federal: senador Ramez Tebet. Pela Câmara dos Deputados: deputado Ricardo Izar. Plenário do Senado Federal

Quinta-feira (04.09.97)

14h30 - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado

O tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente será dedicado a homenagear a Rede Amazônica do Rádio e Televisão pelo seu jubileu de prata. Oradores inscritos: Bernardo Cabral, Jefferson Péres, Ernandes Amorim, Nabor Júnior, Romou Turma e Sebastião Rocha.

Ordem do Dia

Pauta: Discussão em turno único do "PLC nº 114/95, que dispõe sobre a manutenção de empregados em convênios médicos."

Sexta-feira (05.09.97)

9h - Sessão Não Deliberativa do Senado

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marise

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocinio

3º Secretário: Flaviano Melo

4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emilia Fernandes - Lúcio Coelho

Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

Editores - Djaila Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso

Diagramação - Sérgio Luiz, Wesley Carvalho e Osmar Miranda

Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kaluma, Adão Nascimento,

Jane Araújo e Roosevelt Pinheiro

Revisão - Lindolfo Amaral, Fernando Varela e João Ribeiro

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado

Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - Telefone: 0800-612211

Fax: (061) 311-3137 - Brasília - DF

Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

www.senado.gov.br

Senador respeita o que a maioria decidir, mas anuncia que lutará pela derrubada da decisão no plenário do Senado

ACM condena dinheiro público em campanha

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, manifestou-se ontem contra o financiamento público das campanhas eleitorais, e anunciou sua disposição de lutar pela derrubada da decisão no plenário do Senado Federal. "a bem da moralidade pública".

O financiamento público vai existir conjuntamente com o financiamento privado. Este dinheiro, que deveria ser empregado em escolas, hospitais, segurança para o cidadão, vai ser colocado à disposição de partidos políticos, que nem sempre o vão empregar na campanha - argumentou.

Antonio Carlos disse que não poderá deixar de acatar a vontade da maioria dos se-



Antonio Carlos: contra abusos

nadores, mas ressaltou que gostaria de ver o dispositivo derrubado pelo plenário.

O senador lembrou ainda que existem outras prioridades relativas ao processo eleitoral exigindo investimento de verbas públicas, como a informatização do pleito, destinada a aumentar a garantia de que a vontade do povo será efetiva-

mente respeitada.

PARENTES

Antonio Carlos disse ontem que, embora seja lícita a contratação de parentes de senadores, desde que efetivamente trabalhem, a ocorrência de abusos é sempre condenável.

- Acho extremamente errado que haja abuso. Até mesmo quando o parente realmente trabalha, a oportunidade que se igual para todos, e não apenas para os parentes. Os parentes, assim como não devem ser excluídos, não devem ser preferidos - afirmou.

O senador acrescentou que, quanto aos casos levantados pela imprensa, "alguns são defensáveis, outros não", mas não quis detalhar essa declaração, não dar nomes.

Simon faz apelo à austeridade

Manifestando-se espantado com os debates travados na Câmara dos Deputados em torno da nova lei eleitoral, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) sustentou ontem que esse assunto não pode ser decidido de acordo com os interesses de cada parlamentar, mas conforme a transparência que deve presidir as eleições. Ele defendeu a proibição de inaugurações nos 60 dias anteriores ao pleito e a utilização exclusiva de dinheiro público na campanha.

Simon afirmou que a reeleição não faz parte da tradição política brasileira e considerou "uma parcialidade, um exagero" permitir-se que governantes candidatas a permanecer no cargo possam participar de inaugurações nos 60 dias anteriores ao pleito. Como exemplo de isenção no trato desse assunto, o senador lembrou que o governador do seu estado poderia perfeitamente beneficiar-se de inaugurações em sua campanha eleitoral, mas ressaltou que nem assim defende a tese.

Ao defender a exigência de



Simon: transparência

utilização de dinheiro público nas campanhas eleitorais, Simon sustentou que essa fórmula sai muito mais econômica para o país do que a utilização de recursos particulares. Na análise de Simon, o escândalo PC Farias nasceu na campanha eleitoral de Collor, visto que as irregularidades praticadas depois da eleição tinham relação com dívidas contraídas na campanha.

- Tenho recebido muito telegrama desaforado contra essa idéia de fazer campanha eleitoral com dinheiro público. Mas a verdade é que o candidato, depois de eleito, vai pagar com correção monetária o dinheiro que arrecadou na campanha. Ninguém dá dinheiro de graça

- esclareceu o senador.

Simon anunciou que, se o projeto vier para o Senado da forma como se encontra na Câmara, ele tentará emendá-lo. Explicou também que 70% dos gastos de uma campanha eleitoral no Brasil são aplicados na propaganda transmitida por rádio e televisão, onde normalmente predomina o propósito de envenenar candidatas despreparadas. "Mascarar-se a campanha, tentando impedir que o eleitor saiba o que o candidato pensa. É um escândalo permitir isso", afirmou o parlamentar.

Conforme Simon, o que mais o surpreendeu no debate sobre a lei eleitoral foi a falta de paixão na defesa de exigências que lhe dariam mais austeridade. "O que se vê na Câmara é profundamente deplorável. Não há nem o fingimento de que os parlamentares estão em busca do que é melhor para o país. Todos, com a mesma cara-de-pau, estão buscando atender seus próprios interesses", afirmou. Em apertes, Júlio Campos (PFL-MT) e Lauro Campos (PT-DF) apoiaram as ponderações de Simon.

Marluce (E) e Célia Mendes: relatório com denúncias



CPI pede votação de projetos sobre direitos da criança

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do Trabalho Infantil, presidida pela senadora Marluce Pinto (PMDB-RR), aprovou ontem o relatório preliminar da deputada Célia Mendes, que recomenda ao Congresso Nacional que vote prioritariamente os projetos relativos aos direitos da criança e do adolescente, rejeitando especialmente os que permitem redução da idade, de 18 para 16 anos, para a responsabilidade penal.

O relatório propõe também a revisão da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, com o propósito de enfatizar a educação na zona rural, e da legislação sobre política agrícola, para incluir dispositivos relativos à erradicação do trabalho de crianças no campo. O texto deverá ser encaminhado a todos os órgãos do governo, entidades não-governamentais e ao setor empresarial, além das Mesas da Câmara e do Senado Federal.

menor. São citadas nominalmente a Souza Cruz, na fumicultura, a Riocel e a Tanak, na indústria madeireira, no Rio Grande do Sul.

A definição legal do conceito de trabalho educativo a partir dos 12 anos de idade é outra sugestão feita ao Legislativo no relatório. De acordo com o documento, são frequentes os casos de estágios remunerados que encobrem vínculo de emprego. Esse seria o caso de 3.100 jovens, na faixa de 14 a 17 anos, em 1995, no Rio Grande do Sul, dentro de programa do Centro de Integração Escola Empresa (Ciee).

Célia Mendes denuncia que as crianças chegam a entrar para a força de trabalho com cinco anos de idade. Segundo dados do IBGE, mais de 500 mil crianças com menos de nove anos estão exercendo atividade econômica, principalmente na zona rural, e existem mais de 3,5 milhões de crianças na faixa de 10 a 14 anos trabalhando no país.

A CPI aprovou também o roteiro de trabalho a ser seguido na próxima fase de seus trabalhos, destacando os depoimentos dos ministros do Trabalho, Paulo Paiva, da Educação, Paulo Renato, e do governador do DF, Cristovam Buarque, além de audiências a serem realizadas em Mato Grosso do Sul, Bahia, Minas Gerais e Rondônia.

Os senadores Nabor Júnior (PMDB-AC), Emília Fernandes (PDT-RS), José Alves (PFL-SE) e os deputados José Wilson, autor do requerimento que deu origem à CPI, e Maria Valadão elogiaram o relatório.

Célia Mendes denuncia que crianças chegam a entrar para a força de trabalho com apenas cinco anos de idade

Ao Ministério Público, o documento solicita a apuração e punição no caso de violações do direito da criança e do adolescente, destacando as acusações de exploração de menores na rede de fast food McDonald's, em São Paulo.

O documento aprovado pela CPI pede "medidas energéticas" - ação civil pública - contra as grandes empresas que explorem, "direta e indiretamente", o trabalho do

Banco oferece financiamento para nova fábrica de tubos de imagem de televisão que não se instale na Zona Franca

Cabral reclama que Amazonas foi discriminado pelo BNDES

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) protestou ontem contra a decisão do BNDES de excluir o Amazonas do projeto de financiamento para construção de uma nova fábrica de cinescópios no Brasil, empreendimento estimado em US\$ 500 milhões.

Cabral afirmou que, conforme o edital a ser publicado, a nova fábrica de tubos de imagem para TV poderá se instalar em qualquer parte do território nacional, com exceção da Zona Franca de Manaus. "Essa posição do governo demonstra uma clara discriminação contra o estado do Amazonas", enfatizou.

De acordo com o senador, está na região amazônica a maior parte do mercado consumidor de cinescópios e a capacidade das fábricas Philips e Samsung vai atender a todos os montadores de televisão. "Não há lógica que justi-



Cabral: o mercado está lá

fique a ação do BNDES, a não ser um profundo desconhecimento do que vem ocorrendo no mercado de Manaus", acrescentou.

EXPORTAÇÃO

Cabral citou declaração do superintendente da Zona Franca, Mauro Costa, defendendo atuação mais firme dessa área como exportadora. "Se esse é o pensamento do superintendente, homem de confiança do governo federal, por que o

BNDES exclui o estado do Amazonas do projeto?", questionou.

Em aparte, o senador Wilson Kleinübing (PFL-SC), vice-líder do governo, elogiou a política do BNDES de financiar empresas para que produzam no Brasil os produtos importados. Para ele, a localização do investimento é outra questão.

Já o senador Jefferson Pères (PSDB-AM) apoiou o protesto de Cabral, afirmando que a bancada no Senado deveria agir de maneira firme para que esta discriminação contra o estado do Amazonas não prospere. Lauro Campos (PT-DF) declarou-se "estarecido com a atitude do governo".

Também apartando, o senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) considerou a exclusão da Zona Franca um equívoco do BNDES, já que, a seu ver, a política dessa instituição sempre foi de incentivo à região.



Amorim: elogio a Assis Canuto

Amorim desmente reportagem de revista

O senador Ernandes Amorim (PPB-RO) atribuiu à ação de quem não quer perder o controle sobre recursos federais em Rondônia a publicação na revista *IstoÉ* desta semana de notícia acusando-o de ter trocado o voto da emenda da reeleição pela indicação do agrônomo Assis Canuto para superintendente estadual do Inera. "É evidente que essa nomeação não atende aos interesses da quadrilha que se formou para roubar dinheiro público em Rondônia", afirmou.

- Indiquei uma pessoa capaz - disse Amorim, explicando que Canuto é um pioneiro em Rondônia, foi prefeito de Ji-Paraná, deputado federal e vice-governador.

TV Senado chega à Amazônia

A atuação dos senadores de cinco estados do Norte - Acre, Amapá, Amazonas, Rondônia e Roraima - poderá ser acompanhada através de noticiário a ser produzido pela TV Senado especialmente para a região, e transmitido pela Rede Amazônica, afiliada da Rede Globo.

A emissora está fechando o formato do programa, que deve ir ao ar brevemente. O telejornal será diário e com duração entre 10 e 15 minutos e também poderá ser visto pelos que possuírem antena parabólica, por meio do satélite AmazonSat.

Flaviano: a volta do escambo

Flaviano apela à Caixa para salvar Banco do Estado do Acre

O senador Flaviano Melo (PMDB-AC) advertiu ontem que a liquidação do Banco do Acre - Banacre - poderá levar o estado a viver do escambo, e pediu à Caixa Econômica Federal que examine a proposta de compra da carteira imobiliária do banco, para que ele possa prosseguir seu plano de saneamento.

- A importância do banco é tão grande para o estado que ele atende cerca de 20 mil aposentados, recebendo pagamentos de impostos, tributos, e também prestando serviços.

Segundo Flaviano, é pelo Banacre que 42 mil servidores acreanos recebem salários, inclusive porque é o único com agências ou postos em todos os municípios. Sua eventual privatização, para o senador, resultaria em sério problema social. "Não acredito que bancos privados queiram manter agências deficitárias apenas para cumprir um papel social."

Ele reconheceu que o Banco trabalha abaixo dos parâmetros exigidos pelo sistema financeiro, explicando que ele precisa de R\$ 60 milhões para ser saneado. A estratégia de salvação traçada pela diretoria prevê a possibilidade de o governo estadual manter o controle do Banacre.

"É em função da notória especialização da Caixa Econômica que a diretoria do Banacre reivindica que ela fique com sua carteira imobiliária", afirmou o senador Flaviano Melo.

Ademir acusa governador do Pará de enganar a população

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) criticou ontem em plenário o governador do Pará, Almir Gabriel, "por ter enrolado mais uma vez" dezenas de vereadores, lideranças comunitárias e prefeitos de nove municípios localizados à margem esquerda do rio Amazonas, que foram a Belém no início desta semana pedir solução para a falta de energia elétrica.

- Depois de três horas de reunião, na segunda-feira, a única coisa que o governador prometeu foi a liberação de apenas R\$ 50 mil, que mal pagam as despesas de viagem da caravana. Oriximiná encontra-se às escuras há mais de dez dias. Em Óbidos, a Câmara Municipal não tem energia. O mesmo quadro se repete nas cidades de Terra Santa, Prainha, Monte Alegre, Alenquer, Faro, Juriti, Almeirim e Monte Alegre.

Até quando essas populações terão de agüentar? - perguntou o senador.

Conforme Ademir Andrade, não é a primeira vez que o governador Almir Gabriel faz promessas para levar energia elétrica aos municípios da margem esquerda do Amazonas. "Durante a campanha eleitoral de 94, ele prometeu, num comício em Óbidos, à luz de velas, que se fosse eleito sua primeira providência como governador seria resolver o problema da falta de energia na região."

- O governador parece que

sofre da mesma falta de memória do presidente Fernando Henrique Cardoso. Quando candidato a presidente da República, ele prometeu investir no Pará cerca de R\$ 2 bilhões.

Foi tudo apenas promessa, denunciou Ademir Andrade, que não participou das reuniões dos prefeitos, vereadores e comerciantes com o governador porque, no mesmo dia e horário, participava em Belém de um seminário promovido pela Comissão Especial da Amazônia.



Ademir Andrade disse que Almir Gabriel não resolve nunca o problema



Amin: 12 estudantes participaram

Universitários pesquisadores ganham três prêmios do PPB

Em nome da presidência e da liderança do PPB, o senador Esperidião Amin (PPB-SC) registrou em plenário a entrega, na manhã de ontem, do prêmio Senador Milton Campos, última fase do concurso nacional promovido pela fundação do PPB para estudar as causas e efeitos da atual crise do mercado de trabalho brasileiro.

O tema desenvolvido por 12 estudantes universitários, no curso de oito meses, foi "As causas e repercussões sociais do emprego e do subemprego no Brasil e as alternativas políticas e econômicas para a geração de empregos". O primeiro lugar, com o prêmio de R\$10 mil, foi dado a Silvério Teles Baeta Zebral Filho, da PUC Rio de Janeiro.

A iniciativa da Fundação Milton Campos, disse Amin, foi realizada com a concessão de uma bolsa de estudos de R\$ 400,00 por mês para que os 12 universitários desenvolvessem um trabalho sobre as causas do desemprego. Nove concluíram os trabalhos, e o segundo e o terceiro lugares - Flávio Henrique Marçal Rodrigues (Universidade Federal do Paraná) e Cícero Gustavo Rohr (Universidade de Santa Catarina) ganharam R\$ 5 mil cada um.

O senador afirmou que esse evento realizou-se graças à colaboração do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras. Ele relatou a solenidade de entrega dos prêmios, dizendo que a ela compareceram o presidente da Fundação Milton Campos, Jarbas Passarinho, e inúmeros reitores.

Em visita à siderúrgica, o senador constatou alto nível de desemprego e de inadimplência no comércio da cidade

Êxitos da CSN não chegam aos trabalhadores, diz Suplicy

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) disse ontem que a Companhia Siderúrgica Nacional tem registrado aumento dos ganhos ano a ano, maior rentabilidade para acionistas e maior produtividade dos que permaneceram empregados nela após a privatização, mas estes ganhos econômicos não são sinônimo de benefícios para a comunidade que gravita em torno da empresa, na sua opinião.

O senador apelou ao governador Marcelo Alencar, aos prefeitos de Volta Redonda e de Barra Mansa e à direção da CSN para que cheguem a um entendimento com os sindicatos e o movimento "Vamos Repensar Volta Redonda" no



Suplicy: retrato de Volta Redonda sentido de superar a deterioração urbana e social decorrente das demissões em massa promovidas pela companhia.

Em visita à CSN, sábado passado, Suplicy verificou as consequências sociais da demissão, desde 1989, de 11.810 trabalhadores: queda na arrecadação dos impostos e taxas municí-

pais; aumento do índice de inadimplência do consumidor (286% entre 1992 e 1996); aumento dos registros de roubos; e crescimento da economia informal.

O quadro dos ganhos recentes da CSN é exatamente oposto, disse. Conforme dados do Sindicato dos Engenheiros de Volta Redonda citados pelo senador, a média anual de dividendos da empresa, de 1993 a 1996, atingiu US\$ 86 milhões. O custo dos produtos vendidos caiu de US\$ 476/t, em 1993, para US\$ 380/t, em 1996, e os reajustes salariais foram menores que a inflação e o incremento alcançado no custo dos produtos, finalizou.

Maldaner aponta desvio de finalidade do FGTS

Autor de um projeto de lei que permitia o saque do FGTS para a reconstrução ou reforma de moradias atingidas por calamidades naturais, rejeitado na Comissão de Assuntos Sociais, o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) registrou ontem sua indignação com a aprovação pelo Congresso, quarta-feira, de projeto de lei de conversão que transforma o FGTS em moeda de privatização.

- Como se vê, a solução de problemas sociais não é o forte deste governo - disse.

O senador fez questão de frisar que não questiona a rejei-



Maldaner: fundo virou moeda

ção de seu projeto, baseada em parecer elaborado pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) em que este argumenta que o FGTS não deve ser utilizado para resolver "problemas alheios às finalidades sociais

para as quais foi criado".

Mas cabe, observou, um questionamento à proposta do governo aprovada, pois os trabalhadores poderão utilizar 50% do FGTS para comprar ações de empresas estatais privatizadas e "ter um novo padrão de valorização para seu patrimônio", conforme teria declarado o ministro do Planejamento, Antônio Kandir. Como investidor, "poderá inclusive perder dinheiro", teria dito. Para o senador, isso significa que o FGTS poderá ser utilizado para aplicação de risco, mas não para resolver problemas de moradia.

Otoniel julga correta ação do MEC

O senador Otoniel Machado (PMDB-GO) disse ontem que o ministro da Educação, Paulo Renato Souza, age corretamente ao priorizar o ensino fundamental, "solidificando a base da imensa estrutura educacional brasileira". Dados do censo educacional de 1997 mostram segundo ele, que se matricularam 33,5 milhões de alunos naquela fase de ensino.

- É ali, nos bancos das primeiras salas de aula, que se inicia a formação do homem

e da cidadania. É na escola que nossos jovens podem se preparar, dentro dos princípios da qualidade e da produtividade - afirmou.

Otoniel elogiou as diretrizes do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, onde se prevê que 15% dos 25% dos recursos arrecadados por estados e municípios sejam destinados exclusivamente ao ensino fundamental. Além disso, informou o senador, ficou estabelecido

que 60% desses 15% devem ser investidos no pagamento dos salários de professores. O fundo será implementado em 1º de janeiro do ano que vem.



Otoniel: 33,5 milhões na escola



Lauro: mito é neoliberal

Lauro Campos identifica o governo com "chupa-cabras"

Durante os últimos três anos, sem grandes mudanças na Constituição, o governo garantiu que o Plano Real estava dando certo. Por que agora se fala que a Constituição é um obstáculo para que o Real possa continuar dando certo?

O questionamento foi feito em discurso feito ontem pelo senador Lauro Campos (PT-DF), que perguntou: "Será que o Plano Real não vem dando certo?"

Na sua opinião, se os deputados e senadores a serem eleitos no ano que vem tiverem poderes constituintes, estará "institucionalizado o assalto aos direitos dos cidadãos". Sem maiores mudanças na Constituição, observou, nos últimos anos o governo "achatou salários, desempregou, privatizou e sucateou" o patrimônio público. Com uma constituinte, "a política neoliberal terá o caminho aberto".

Lauro Campos estabeleceu uma relação entre as ações do governo e "o misterioso e perigoso chupa-cabras". "O chupa-cabras também tira o sangue de suas vítimas indefesas e mudas." Para o senador, "não pode ser mera coincidência o fato de o imaginário coletivo ter produzido a mesma figura do chupa-cabras nos países que adotaram políticas de cunho neoliberal: México, Argentina, Venezuela e Brasil. Conforme Lauro Campos, o "chupa-cabras globaliza simbolicamente as relações sociais entre os espoliados" e os governos neoliberais.

Sérgio Darcy da Silva Alves poderá dirigir a área de Normas e Organização do Sistema Financeiro, enquanto Demóstenes Madureira de Pinho Neto tem seu nome acolhido para Assuntos Internacionais

CAE aprova nomes de diretores do BC

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem os nomes de Sérgio Darcy da Silva Alves para a Diretoria de Normas e Organização do Sistema Financeiro do Banco Central e de Demóstenes Madureira de Pinho Neto para a Diretoria de Assuntos Internacionais da mesma instituição. O nome de Demóstenes foi aprovado com 20 votos favoráveis e o de Sérgio Alves com 19 votos a favor e uma abstenção. As indicações dos diretores serão apreciadas pelo plenário do Senado na próxima terça-feira (dia 2).

Sérgio Alves, funcionário de carreira do Banco Central, afirmou que sua indicação era um grande estímulo para os colegas de instituição. Ele elogiou o Proer, que, segundo afirmou, permitiu uma ação preventiva e recuperadora de instituições financeiras com problemas, e disse que o BC tem adotado medidas importantes para o fortalecimento do sistema financeiro nacional.

Sérgio Alves também elogiou projeto do Executivo enviado ao Congresso definindo os crimes de lavagem de dinheiro, que qualificou de "importante instrumento para a atuação do Banco Central na supervisão bancária". O diretor indicado comprometeu-se a contribuir para o exercício de um papel fundamental das instituições financeiras - o de financiar o desenvolvimento.

Já Demóstenes Madureira falou sobre sua disposição de estabelecer um diálogo franco entre o Senado e o Banco Central, destacou o que considerou as duas grandes revoluções do Brasil nas últimas décadas - a consolidação das instituições democráticas e o debate sobre a redefinição das bases do modelo econômico brasileiro - e defendeu a necessidade de retorno a um processo de desenvolvimento sustentado, tarefa que enfrentará dois grandes desafios, em sua avaliação: o desequilíbrio externo e o desequilíbrio fiscal.



O senador José Serra presidiu a reunião da comissão

Antes da votação, senadores promoveram sabatina

Na sabatina a que foram submetidos ontem na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE), os dois diretores indicados para o Banco Central - Sérgio Darcy da Silva Alves e Demóstenes Madureira de Pinho Neto - não responderam às questões formuladas pelos senadores Eduardo Suplicy (PT-SP) e Osmar Dias (PSDB-PR) sobre as denúncias envolvendo a compra do Bamerindus pelo grupo HSBC, alegando não disporem de informações para prestar esclarecimentos.

Durante os debates, Sérgio Alves defendeu a necessidade de o Congresso votar uma lei para regulamentar as administradoras de cartões de crédito, disse que os consórcios poderiam caminhar para a auto-regulamentação e que o *factoring* deve receber uma definição legal. Já Demóstenes Madureira falou em "âncora cambial permanente", citando declaração do presidente do BC, Gustavo Franco, de que a política cambial é pública e que a estabilidade garante a credibilidade na economia do país.

O senador Wilson Kleint-

bing (PFL-SC), relator da mensagem presidencial indicando Sérgio Alves, quis saber do diretor indicado o que pode ser feito para aumentar a credibilidade do Banco Central e fez perguntas sobre a área de fiscalização da instituição, sobre o que deve ser feito com os consórcios e sobre como regulamentar a atuação das empresas de *factoring*.

Sérgio Alves afirmou que o BC está promovendo concurso para 400 vagas, das quais 70% destinadas à área de fiscalização, fazendo grandes esforços para o treinamento interno e ampliando o parque de informática para a fiscalização das instituições financeiras.

Em resposta a questionamentos sobre aplicações das reservas internacionais, Demóstenes afirmou que deve haver prudência e solidez dos papéis, que são o lastro das reservas. O diretor indicado disse também que a aplicação de reservas no mercado interno para reaquecimento da economia teria o mesmo efeito de uma expansão monetária, que

poderia ter um impacto negativo sobre o plano de estabilização.

Suplicy pediu ao presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, senador José Serra (PSDB-SP), para que o ministro Pedro Malan responda às suas indagações sobre a operação que envolveu o Bamerindus e o HSBC. Segundo Suplicy, há dois meses Malan comprometeu-se a enviar ao Senado as respostas por escrito, o que não fez até o momento. Serra concordou em enca-

José Serra admite convocar autoridades da área econômica para que expliquem a operação de compra de banco

minhar formalmente o pedido de informações, e disse que há a possibilidade de a CAE convocar as autoridades da área econômica para prestar esclarecimentos sobre o assunto.

Participaram dos debates os senadores Bello Parga (PFL-MA), Francelino Pereira (PFL-MG), Jefferson Péres (PSDB-AM), João Rocha (PFL-TO) e Esperidião Amin (PPB-SC).

Operação de crédito com Jexim é retificada

A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE) acolheu ontem parecer do relator Casildo Maldaner (PMDB-SC) acatando a solicitação do presidente da República para que seja retificada a Resolução nº 30, que autoriza o Brasil a contratar operação de crédito externo no valor de 450 milhões de dólares, junto ao Export Import Bank of Japan- Jexim, destinada ao financiamento do projeto de duplicação da rodovia São Paulo-Curitiba-Florianópolis.

A retificação visa a corrigir resolução emitida pelo Senado que incorpora 15 mil dólares norte-americanos, em vez do valor contratualmente ajustado, no que concerne ao montante de despesas gerais, que seria de 15 milhões de ienes. A matéria vai agora ao plenário da Casa.

Em audiência, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional recebeu do ministro-chefe da Casa Militar da Presidência, general Alberto Cardoso, a garantia de que o governo estuda a mudança das PMs em todo o país

CRE debate segurança pública

O senador José Sarney (PMDB-AP) afirmou ontem que os problemas da segurança pública no país não se resolvem com uma simples mudança na Constituição. Para ele, a questão deve ser enfrentada com recursos: "Precisa haver uma integração, um trabalho em conjunto, entre as polícias e demais órgãos do setor".

Sarney falou ao final da audiência pública na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da qual é presidente, e onde também falou o ministro-chefe da Casa Militar da Presidência da República, general Alberto Mendes Cardoso.

Cardoso abordou problemas decorrentes da mobilização de policiais militares ocorrida recentemente em diversos estados e defendeu a desconstitucionalização das polícias militares como solução para a crise da segurança pública.

Depois de elogiar a "clareza" do general, Sarney disse não saber "que a crise fosse

Cabral: questão é mais séria

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) também se manifestou na audiência de ontem, dizendo que "não é por decreto ou lei que o problema da segurança pública será resolvido".

- O pacto federativo tem que ser preservado. Não se pode pensar na segurança do Estado levando insegurança ao cidadão - disse. Cabral acha "uma ilusão pensar que se resolve a questão da segurança pública sem reforma tributária e ajuste fiscal".

O senador lembrou que a Constituição de 88, da qual foi relator-geral, não suprimiu as atribuições da IGPM (Inspeção Geral das Polícias Militares), órgão do Exército que fazia o acompanhamento de praticamente todos os trabalhos das PMs.

- O que teria enfraquecido as polícias militares na Constituição foi a pressão exercida pela própria corporação.

ção aguda" e que a convocação do ministro foi oportuna.

- Creio que a crise é de uma face dramática muito maior do que a crise da Federação brasileira - alertou.

Na opinião de José Sarney, o problema da segurança pública é tão grave que a sociedade se sente vivendo no tempo das cavernas: "O homem primitivo, primeiro, teve que buscar alimentação, e, segundo, se proteger nas cavernas em busca de segurança. São estes os problemas enfrentados pelo homem nos dias de hoje".

A segurança pública, segundo ele, "é um direito básico, mas o problema é que a sociedade vive insegura; temos que dar às forças de segurança as condições de cumprir o seu papel".

- As forças de segurança estão vivendo a crise do Estado e não estão conseguindo desempenhar as suas funções. É justo que o Congresso Nacional esteja profundamente preocupado com o problema da segurança - frisou.

Os oficiais recebiam, por exemplo, que um dia fossem comandados por um coronel do Exército, quando jamais teriam a chance de comandar uma unidade do Exército.

Questionado por Bernardo Cabral, o ministro, além de considerar que "as reformas são necessárias", esclareceu estar "plenamente de acordo com o senador sobre a segurança pública estar voltada para o cidadão".

O general Alberto Cardoso respondeu também aos senadores Jader Barbalho (PMDB-PA), Romeu Tuma (PFL-SP), Hugo Napoleão (PFL-PI), José Agripino (PFL-RN) e Levy Dias (PPB-MS).

Participaram ainda da audiência Humberto Lucena (PMDB-PB), Abdias Nascimento (PDT-RJ), Casildo Maldaner (PMDB-SC), Joel de Hollanda (PFL-PE), Beni Veras (PSDB-CE) e representantes das polícias militares.



Senadores da CRE ouvem com atenção o ministro

Ministro diz que há aparente normalidade

Em sua exposição na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, ao defender a desconstitucionalização das polícias militares o ministro Alberto Cardoso explicou que o governo conseguiu apenas contornar o problema "para uma aparente normalidade que ainda permanece latente".

O ministro informou que o governo federal está estudando o que ele mesmo classificou como "trípé" para resolver a questão: política nacional de segurança pública; um órgão executor; e ação governamental nos estados, atuando de forma harmônica.

Após salientar que a principal preocupação do presidente da República era evitar a quebra do princípio da autoridade e da hierarquia militar, o ministro disse que uma eventual intervenção das Forças Armadas no episódio poderia "destruir" todo um trabalho de adestramento e preparação. Além disso, observou que haveria o risco de "militarizar o

conflito".

O general admitiu que uma alternativa para a questão da segurança poderia ser o emprego da polícia civil, desde que estivesse adestrada para a função. "O problema das PMs está na preparação e adestramento para atuar em pequenos conflitos e em casos de grave perturbação da ordem pública", acrescentou.

"Essa questão não deve ser resolvida em gabinetes, mas com a colaboração de setores vinculados à corporação", disse o general Cardoso

A baixa remuneração dos policiais militares, sem falar na diferença de soldos entre soldados e oficiais, segundo Alberto Cardoso, é que teria causado a rebelião que, no seu entendimento, é justa, mas acrescentou que não se justifica a quebra da hierarquia. O rompimento "fere de morte os princípios da disciplina". Cardoso sugeriu que as associações dos policiais militares poderiam encaminhar e resolver

as reivindicações da classe.

- Necessitamos de uma organização militar capaz de atuar dentro dos princípios fundamentais, porque, do contrário, tudo fica comprometido. Há que redesenhar a PM com mudança nas PMs. Acho que haverá PM em condições de atuar no combate às graves perturbações da ordem pública, ficando a polícia civil, fardada ou não, encarregada de atuar em ações preventivas e ostensivas ao mesmo tempo, como polícia judiciária - sugeriu.

Essa questão, segundo o ministro, "não deve ser resolvida em gabinetes, mas com a colaboração de setores vinculados à corporação".

Para o general Alberto Cardoso, o Conselho dos Comandantes das polícias militares, por exemplo, poderia cooperar com a formação e operacionalização desse novo modelo, pois "a crise não é só da Polícia Militar, mas também da Polícia Civil".

Campos quer proteção a testemunha



Campos: projeto espera

O senador Júlio Campos (PFL-MT) solicitou ontem à Mesa a inclusão na pauta de votações de projeto de sua autoria que dispõe sobre a proteção, pelo Estado, de vítima ou testemunha de crime.

Ele observou que o projeto já conta com parecer do senador José Fogaça (PMDB-RS),

mas até agora não foi apreciado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Em abril deste ano, lembrou Júlio Campos, a matéria chegou a constar da Ordem do Dia e, na ocasião, concordou com a retirada do projeto "para apreciação urgente da comissão".

Carlos Wilson cobra apoio ao turismo

O senador Carlos Wilson (PSDB-PE) defendeu maiores investimentos do Brasil em turismo, argumentando que o país não pode ser omissivo num ramo tão importante da economia. "Não há como negligenciar esse setor, seja pelo potencial do Brasil para o turismo, seja pela dinâmica que se quer imprimir à economia nacional", advertiu.

Ele afirmou que, nas economias dinâmicas e modernas, o turismo é valioso instrumento de atração de recursos. Citando dados da Organização Mundial de Turismo (OMT), o senador informou que, em 1996, 592 milhões de turistas se deslocaram pelo mundo, deixando nos países visitados cerca de US\$ 423 bilhões.

Conforme Carlos Wilson, os números traduzem um aumento de aproximadamente 4,5% em relação a 1995 e de 7,5% em crescimento das receitas provenientes do turismo. Ele lamentou que, apesar dos esforços da Embratur e das riquezas turísticas brasileiras, o Bra-



Wilson: setor negligenciado

sil recebeu modestos 2,3 milhões de turistas estrangeiros em 1996, os quais teriam deixado aqui apenas US\$ 2,3 bilhões.

Referindo-se ao turismo interno, Carlos Wilson classificou seus resultados como "desastrosos", em vista do fato de que o brasileiro adora viajar para o exterior. "As praias de Cancún dão mais status que as belas areias ou as águas dos mares nordestinos", comentou o senador. Ele lamentou que o Nordeste venha assistindo gradualmente à queda no número de turistas que o visitam, informando que, em decorrência disso, vários estabelecimentos hoteleiros da região fecharam suas portas.

Advertência foi levada pelo senador às autoridades federais que participaram do seminário sobre a Amazônia

Coutinho: globalização exige políticas corretivas

A necessidade de políticas corretivas e compensatórias que induzam as regiões menos desenvolvidas a uma mudança de seu perfil econômico foi a advertência que o senador Coutinho Jorge (PSDB-PA) disse ontem ter levado às autoridades federais presentes ao seminário sobre desenvolvimento sócio-econômico da Amazônia, realizado esta semana em Belém. Ele entende que, sem essa providência, as desigualdades regionais serão aprofundadas.

À semelhança do que fez a União Européia em relação a Portugal e à Grécia, o governo brasileiro deve avaliar uma contradição inerente ao processo de globalização em curso: a exigência de pré-condições para a integração ao mercado global fortalece uma tendência à concentração econômica regional, o que pode tornar as regiões atrasadas ainda mais subdesenvolvidas -



Coutinho: desigualdades

explicou.

Coutinho Jorge entende que o processo de globalização econômica é irreversível e o governo Fernando Henrique está correto ao adotar uma estratégia de incorporação do país ao mercado global. No entanto, acrescentou, "se o governo não estruturar um processo de correções em favor das regiões menos desenvolvidas, haverá concentração econômica ainda maior no Sudeste e Sul".

- É preciso concentrar as ações de governo na área de

infra-estrutura, nos setores de energia, rodovias, hidrovias e portos - observou.

No caso da Amazônia, o senador disse não ter dúvida de que o governo já desenhou programas que alteram a matriz energética e promovem a integração das rodovias. Entretanto, ao priorizar as 42 obras integrantes do "Brasil em Ação", aqueles programas "não foram devidamente contemplados", afirmou.

Segundo Coutinho, a Amazônia já registra um ritmo de desenvolvimento inferior ao do conjunto do país, demonstrando que a tendência à concentração da economia é um fato. Para colocar a região no mesmo passo do restante do Brasil, o senador considerou ser fundamental definir uma política de desenvolvimento específica, que reestruture a agricultura, a mineração e a exploração madeireira com vistas à integração mundial.

Tuma aplaude formandos em Comércio Exterior

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) cumprimentou ontem a primeira turma de formandos do Curso de Administração com Habilitação em Comércio Exterior das Faculdades Unificadas de Foz de Iguaçu (Unifoz), afirmando que os novos profissionais "acabam de assumir a condição de vetores do esforço nacional e internacional para diminuir os desníveis de desenvolvimento e trazer felicidade aos povos do hemisfério".

Depois de desejar sucesso aos formandos, Romeu Tuma fez uma análise sobre a importância do comércio exterior para o país. O senador disse que, na atual conjuntura, a estabilidade da economia brasileira depende do desempenho

do país no mercado internacional.

Tuma ressaltou o papel do Mercosul para o desenvolvimento da economia, para a garantia de sucesso do Plano Real e também para o "desaparecimento do ranço de um relacionamento suspeito que, durante muito tempo, mantivemos com os vizinhos sul-americanos".

Para o senador, no entanto, os juros altos estão sacrificando o desenvolvimento nacional, tanto no mercado interno quanto no externo. Além da necessidade de reduzir os juros, Tuma reforçou a importância de modernizar as indústrias, investindo em ciência, tecnologia e educação. Na opinião dele, é preciso superar a defa-



Tuma: caminho certo

sagem brasileira em relação à tecnologia mundial.

Apesar das advertências, o senador acredita que o Brasil está no caminho certo, pois se encontra bem posicionado na disputa internacional por áreas de influência, com instrumentos de política econômica e um empresariado à altura dos novos mercados.



ACM RECEBE CHANCELER DA JAMAICA

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu ontem o vice-primeiro-ministro e chanceler da Jamaica, Seymour Mullings (foto), com quem conversou sobre as relações entre os dois países. A comitiva jamaicana veio ao Brasil para incrementar o intercâmbio bilateral e passou a manhã no Congresso Nacional.

Antonio Carlos Magalhães recebeu ainda o diretor-geral

do Tribunal Superior Eleitoral, Ney Natal, que veio pedir o apoio para os pleitos daquela corte relacionados a uma maior dotação orçamentária para 1998. O dirigente do TSE considera essa uma condição vital para levar adiante os projetos de informatização das eleições.

Também esteve em audiência com o presidente do Senado o diretor-geral do Departamento de Polícia Federal, Vicente Chelotti.